

RESENHA

Alimentação, Poder e Sociedade

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 293 p.

Roberto Borges da Cruz*

O livro do historiador mineiro Flávio Marcus da Silva, *Subsistência e Poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*, aborda a sociedade colonial formada na região do atual Estado de Minas Gerais, em decorrência da descoberta de jazidas de ouro e diamantes, ao longo do século XVIII, através do viés da alimentação, procurando compreender as complexas relações existentes entre os vários atores sociais, escravos, mineradores e produtores, com os representantes do governo metropolitano, tendo como fio condutor da análise a temática do abastecimento alimentar e suas consequências.

Partindo do conceito de ‘economia moral’ formulado por E. P. Thompson, conceito este que engloba duas condições básicas, quais sejam, a da ‘existência de tradições antigas de intervenção das autoridades no mercado’ e o ‘conflito entre um modelo paternalista e uma economia política de mercado livre’, procura traçar um diálogo entre este conceito e as especificidades das relações entre a Metrópole portuguesa com a colônia brasileira.¹ Em artigo publicado posteriormente, intitulado “A economia moral revisitada”, Thompson expõe que a economia moral em um sentido mais amplo pode se referir: “ao modo como as relações de classe são negociadas. Ela mostra como a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada) mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade”.²

Flávio M. Silva aplica esse conceito a sua argumentação, pois o abastecimento nas Minas setecentistas deve ser entendida principalmente, como formas variadas e específicas de negociação entre

* Historiador. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da *Universidade Federal do Pará*.

as autoridades e as camadas populares a respeito das práticas de mercado.

Tendo como ponto central do livro as articulações da Coroa portuguesa sobre o mercado de abastecimento alimentar nas Minas a preços justos, visando desta forma evitar crises de abastecimento que poderiam criar revoltas populares, gerando uma ameaça ao controle da Coroa sobre esta importante região aurífera, o autor passa a estudar as várias faces e flexibilidades dessa negociação que tinha como meta principal a efetiva dominação das Minas.

A administração das autoridades sobre a região mineira não poderia se dar apenas por meio de um simples autoritarismo, por isso a criação da imagem do rei como um “Pai Piedoso e Benevolente”, preocupado com a dignidade, justiça e a alimentação de seus filhos constituía-se em condição *sine qua non* para um efetivo controle da área. Tal postura indica o que é comprovado pela documentação, de que em Portugal havia uma tradição paternalista de intervenção das autoridades no mercado de víveres.

No decorrer da obra, procura-se compreender as várias formas como as autoridades atuavam tanto no controle, quanto no estímulo à produção e, igualmente na distribuição de alimentos no interior das Minas.

O autor articula um debate com autores clássicos da historiografia brasileira que trabalharam com a economia colonial como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Jacob Gorender e Fernando Novais, autores para o qual o mercado interno era quase ou totalmente inexistente. Também dialoga com historiadores mais recentes como Laura de Melo e Sousa e pesquisadores de outras áreas como o economista Wilson Cano, que igualmente não deram uma significativa importância para a existência de uma complexa articulação econômica voltada para o abastecimento local.

Flávio Marcus da Silva ressalta que a atividade mineradora engendrou sim, uma significativa produção *in loco* de alimentos, que além da função de abastecer o mercado interno também contribuía para evitar motins e revoltas ocasionadas pela falta de alimentos ou pelo alto preço dos mesmos.

Para manter esta produção, os representantes da Coroa portuguesa na colônia como o governador e o senado da câmara

estimulavam tanto a pecuária quanto a agricultura. Usando como exemplo a zona de produção alimentar da comarca do Rio das Velhas, que se destacava entre outras, pela cultura da mandioca e a fabricação de sua farinha, ao se referir a mão-de-obra, o autor defende que havia um grande interesse por parte dos produtores rurais em investir na produção voltada para o abastecimento, em importar cativos africanos para serem utilizados, exclusivamente na produção de gêneros alimentícios, desviando-se assim da atividade mineradora.

Como exemplo desta tendência a uma produção local, destaca-se a crítica feita a Caio Prado Júnior com relação à farinha de mandioca consumida na região das Minas. Para Prado Júnior de todas as culturas alimentares existentes no período colonial nenhuma superou a mandioca, devido, entre outros fatores, a suas qualidades nutritivas, a adaptabilidade e a rusticidade de sua cultura. Tal cultura, para ele, predominou grandemente no norte do país tornando-se o principal gênero de subsistência das populações nortistas.

Para Flávio M. Silva, porém, a mandioca parece ter se adaptado principalmente às condições mineiras, pois de acordo com os processos de inventário pesquisados, a mandioca aparece como a principal cultura alimentar, contrariando as afirmações de Prado Júnior. Nas propriedades onde havia diversificação da produção, ou seja, produção de vários gêneros, as referências à mandioca aparecem em maior número, pois a farinha de mandioca era o alimento fundamental que se enviava, por exemplo, às tropas, tendo várias outras utilidades.

Como o exposto anteriormente, os gêneros produzidos na proximidade das Minas tinham a função além de abastecer, também de manter a ordem social, evitando revoltas ocasionadas pelo desabastecimento e fome. Ao lado da produção que recebia forte apoio das autoridades, o processo de circulação dos alimentos, igualmente, recebia a mesma atenção, pois a atuação dos “atravessadores” poderiam também levar a crises de abastecimento na região mineira.

Os atravessadores eram qualquer pessoa que comprasse mantimentos, gêneros de primeira necessidade e os revendesse fora das regiões mineiras. Da mesma forma que os atravessadores, outro segmento que constituía uma ameaça à circulação e abastecimento da região eram os quilombolas. Por meio de ordens, bandos e editais, reiteradamente publicados, direcionados para a solução deste grave

problema, para as autoridades, percebe-se que a presença desses negros quilombolas era constante, representando uma ameaça a circulação, abastecimento e a ordem dos centros urbanos.

Ainda analisa as várias formas de controle e estímulo tanto da produção quanto da circulação dos gêneros de primeira necessidade. A fiscalização sobre o comércio dos alimentos visava que os preços fossem justos; para tal as autoridades muitas vezes chegavam a conduzir e abater o gado dos criadores para a venda.

O incentivo à produção interna se refletia na concessão de sesmarias e na redução de impostos; as estradas de comunicação interna que permitiam a circulação dos produtos das roças para os centros urbanos era outra preocupação das autoridades coloniais; somado a tudo isto, verifica-se certo apoio, ainda que com reservas da parte das autoridades, ao pequeno comércio realizado pelas negras de tabuleiro que contribuía para uma maior e mais rápida circulação dos alimentos.

Na tentativa constante para evitar possíveis levantes e manter um mercado onde os víveres fossem vendidos a preços acessíveis, as autoridades coloniais mineiras refletiam na região as políticas de diminuição de preços como ocorria em Lisboa. Na capital do reino era uma das práticas da política intervencionista das autoridades portuguesas a liberalização dos preços, fazendo com que a abundância de gêneros, que levaria a uma grande oferta no mercado, gerasse automaticamente uma redução dos preços. Nas Minas setecentistas, da mesma forma como em Lisboa, de acordo com as condições, quais sejam, a de uma grande oferta de gêneros agrícolas e pecuários, e a procura pelos mesmos, dava-se a liberalização dos preços.

Uma outra prática das autoridades mineiras no sentido de manter o abastecimento consistia no estímulo à comercialização direta entre produtores e consumidores, uma vez que sem a presença de intermediários os alimentos podiam ser adquiridos a menores preços pela população, que muitas vezes não dispunha de recursos suficientes para a sua aquisição. Igualmente a taxação dos preços de produtos como o milho, a farinha de mandioca e de milho, o feijão e o azeite de mamona eram realizados para manter uma venda a preços justos.

Ainda no campo da comercialização dos produtos, era significativo o número de oficiais e delegados da administração local

que circulavam pelos centros urbanos com a função de manter um bom funcionamento do mercado interno dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Entre os membros da administração local responsáveis pelo bom funcionamento do mercado encontrava-se o “aferidor” que era um contratador que inspecionava pesos e medidas; o “rendeiro” que tinha como função a fiscalização e o controle do comércio local, passando pela verificação da qualidade dos alimentos e prisão daqueles que desrespeitassem as determinações legais; e o “almotacé” que era responsável pela limpeza das áreas públicas, e controle dos preços dos alimentos comercializados nas Vilas.

Uma última questão a ser abordada relaciona-se à não construção dos engenhos de cana na região das minas. Segundo o autor, a política da Coroa no sentido de coibir o estabelecimento desse tipo de engenho pode ser compreendida à luz “das interpretações que caracterizaram a estrutura produtiva colonial como uma simples projeção dos interesses metropolitanos”.

O objetivo das autoridades nas Minas era de direcionar esforços para a obtenção do máximo possível da extração de metais preciosos, portanto, partindo-se deste princípio, a proibição da construção de engenhos de cana, visava evitar que a atenção dos mineiros se desviasse para outras atividades além da extração aurífera.

A produção de ouro pode ser vista, de acordo com o olhar das autoridades, como incompatível com a produção e consumo da aguardente, uma vez que por meio do consumo desta, poderiam ocorrer além dos desvios de ouro e diamantes, a destruição da saúde dos escravos, o que acarretaria em prejuízos para os mineradores. Além do desvio dos “jornais” que caberiam aos senhores de escravos, sendo usado por estes na compra de cachaça.

A preocupação com a produção de aguardente era tal que se chegava a proibir a construção de qualquer tipo de engenho no interior da Capitania, seja para a fabricação de açúcar, melado ou rapadura, pois a produção desses gêneros poderia ser em alguns casos uma simples desculpa para a produção da cachaça.

Silva chama a atenção para o caráter flexível e prudente das autoridades portuguesas – a Coroa e seu Conselho Ultramarino – com relação à construção dos engenhos de cana, pois as autoridades ao

mesmo tempo em que compreendiam os efeitos negativos da aguardente, também percebiam os seus efeitos positivos.

Havia possibilidade de virem a ocorrer motins decorrentes tanto da falta, quanto do aumento excessivo do preço da cachaça. De acordo com o autor, os documentos revelam que muitos foram os governadores que chegaram a estimular a construção de tais engenhos através da concessão de sesmarias a moradores interessados em investir em tal negócio.

A importância da aguardente para a sociedade mineira setecentista é algo evidente, pois, fazia parte do cotidiano daquela sociedade, tendo papel de destaque em reuniões e festas, além de representar algum alívio e prazer para os escravos. A cachaça também tinha outras utilidades dentro da sociedade, pois era usada no tratamento de dores, inflamações, feridas e outros males como disenteria bacilar.

A Coroa portuguesa, juntamente com o Conselho Ultramarino, era consciente que ao conceder licenças para a construção de engenhos de açúcar, contribuiria para o aumento da produção de aguardente em Minas Gerais. O autor defende a tese, portanto, que se o consumo de cachaça representava certo perigo para o controle e a administração desta região, a sua ausência ou o elevado preço da aguardente seria certamente o estopim para motins entre a população em geral e especialmente, entre os escravos, principais consumidores desta bebida.

Fiquemos com as palavras de Silva: “em resumo, embora as autoridades tentassem impor os preços dos gêneros alimentícios vendidos nas Vilas e arraiais, o que permitiu a estabilidade do mercado foi a política de estímulo à produção interna e à comercialização direta dos gêneros produzidos por roceiros e criadores de gado das diversas regiões da Capitania. Tal política contribuiu significativamente para um aumento na oferta de gêneros de primeira necessidade no mercado interno, o que impediu a falta prolongada de viveres e o aumento abusivo dos preços” (p. 244).

O livro de Flávio Marcus da Silva revela-se uma fonte inspiradora para quem deseja enveredar pelos campos da história tanto da alimentação, quanto do abastecimento, pois enquadra-se na atual perspectiva da história ambiental ou ecológica. De acordo com o

renomado historiador ambiental norte-americano Donald Worster é através da alimentação que as pessoas mais se conectam com o mundo natural, daí a relevância de se procurar fazer uma história elegendo a alimentação como um dos principais pilares da sociedade.³

NOTAS

¹ THOMPSON, E. P. “Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”. São Paulo. Companhia das Letras. 1998, pp. 150-202.

² THOMPSON. “A economia moral revisitada”. *Ibidem*, pp. 203-66.

³ WORSTER, Donald. “Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica da história”. *Ambiente & Sociedade*, vol. 5, n° 2 (2003), pp. 23-44.